
**A EDUCAÇÃO COMO PROJETO ESTATAL - A
(RE) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
NACIONAL NA ERA VARGAS (1930-1945):
PRÁTICAS E RITUAIS CÍVICOS.**

Carla Camila M. V. de Araújo

Graduada em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
vasconceloscarla16@yahoo.com.br

Cleidiane da Silva Moraes

Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
cleidimorais2010@hotmail.com

A EDUCAÇÃO COMO PROJETO ESTATAL - A (RE) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NA ERA VARGAS (1930-1945): PRÁTICAS E RITUAIS CÍVICOS.

EDUCATION AS STATE PROJECT - THE NATIONAL IDENTITY (RE) CONSTRUCTION IN THE VARGAS AGE (1930-1945): PRACTICES AND CIVIC RITUALS.

Carla Camila M. V. de Araújo

Cleidiane da Silva Moraes

RESUMO

O presente trabalho traz observações e análises sobre a instrução pública na Era Vargas (1930 – 1945), e também procura empreender uma reflexão sobre a reapropriação e o uso social e político da memória coletiva pelo governo de Getúlio Vargas, assim como busca refletir sobre a educação como um dos veículos para a realização do seu programa político nacionalizador e a construção da identidade nacional. Portanto, tem por finalidade descortinar práticas e representações intrínsecas e pertinentes à Era Vargas na cultura escolar e como esses procedimentos governamentais contribuíram para a (re) construção do imaginário social e a invenção de tradições.

PALAVRAS-CHAVE:

Identidade Nacional, Educação, Era Vargas, Rituais Cívicos.

ABSTRACT

This paper presents observations and analyzes of public education in the Vargas age (1930 – 1945), and also undertakes a reflection on the reapropriation and the social and political use of collective memory by the Vargas government, thus aiming to reflect about education as a vehicle for the realization of his nationalizing political program and the construction of national identity. Therefore, its goal is to uncover practices and intrinsic and relevant representations of Vargas in the school culture and how this government procedures contributed to the reconstruction of the social imaginary and the invention of traditions.

KEYWORDS:

National identity, Education, Vargas, Civic Rituals.

INTRODUÇÃO

Ao estudar e analisar a educação no governo Vargas, podemos percebê-la como elemento de grande primazia política vindo a desempenhar um papel fundamental: o de estar a serviço dos interesses do Estado para a concepção de um programa político. Assim, o caráter político-ideológico da educação possuía fortes concepções em sua postura governamental, construindo elementos forjadores para servir ao Estado em sua responsabilidade de conduzir as massas no caminho da ordem.

Ao propormos uma análise referente à educação como projeto estatal entre os anos 30 a 45 do século XX no Brasil, é como desvelar uma realidade histórica e educacional que a partir de seus dispositivos simbólicos tornou-se irradiadora de elementos de uma política de formação cultural que se manifestou sob a ótica de um projeto de (re) construção de nossa identidade nacional.

O IMAGINÁRIO SOCIAL E A INVENÇÃO DE TRADIÇÕES - UM FORJAR DE SENTIMENTOS

Os elementos presentes no imaginário de um determinado grupo e a invenção ou retomada de certas tradições são (re) construídos com a finalidade de legitimar práticas existentes, do mesmo modo que se desejam modificar práticas anteriores ou impor novas. Tomar o indivíduo por meio de seus sentimentos é a melhor forma para que ele torne-se um fiel defensor de sua nação. De acordo com Mirabeau, revolucionário Francês do século XVIII, “é necessário fazer com que o povo ame nosso projeto político e social, é necessário apoderar-se da imaginação do povo” (MIRABEAU, 1989, p.15).

Dessa maneira, o Governo Varguista durante o Estado Novo, mediante a (re) construção do imaginário nacionalista, procurou edificar e tornar coesa na consciência brasileira, através de rituais cívicos, imagens e símbolos nacionais, um conjunto de valores normativos, sociais e culturais que colaborassem com os princípios e projetos do grupo que se encontrava no poder.

Um forjar identitário nacional a partir de elementos simbólicos que foram retomados e reapropriados, como a imagem dos heróis nacionais como Tiradentes, Duque de Caxias, os combatentes que regressavam da Segunda Guerra Mundial e a própria imagem de Vargas. Assim percebemos a tentativa da construção de uma História oficial e de uma

memória oficial, na qual Vargas fez uso de elementos e signos concretos e imaginários para legitimação de seu projeto Estatal.

[...] é por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça, mas de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e observações, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro (BACZKO, 1985, p.25)

Por meio das ideias do Historiador Bronislaw Baczko (1985) pode-se inferir como Vargas se apropriou de uma memória histórica presente nas reminiscências coletivas da nação para a reconstrução de uma História Oficial, utilizando-se do imaginário social em busca das múltiplas tentativas de forjar sentimentos coletivos, um incessante esforço de criar e legitimar um novo sistema, uma nova sociedade e um novo **HOMEM/CIDADÃO** para o novo Estado.

EDUCAÇÃO NA ERA VARGAS (1930-1945)

A terceira década do século XX é marcada por inúmeras mudanças no mundo, a Crise de 1929, que abalou as estruturas do sistema capitalista com o “Crack” da Bolsa de Valores de Nova Iorque, o que proporcionou o surgimento de muitas dificuldades nas economias de vários países. Nesse momento, vê-se chegar ao poder regimes totalitários como o nazismo (Alemanha) e o fascismo (Itália). E a eclosão da II Guerra em 1939. No Brasil, a década de 30 é marcada pelo fim da “República Velha”, ou seja, a queda das oligarquias rurais e o advento da Era Vargas.

Em meio a esse contexto de crise mundial e da ascensão de regimes ditatoriais-fascistas, o mundo do “entre guerras” vivenciou uma crise das democracias liberais, nesse momento houve uma preocupação com a problemática das massas, segundo Capelato:

“O pensamento antiliberal e antidemocrático de diferentes matizes revelava grande preocupação com a problemática das massas. Os ideólogos nacionalistas de extrema direita continuavam, na trilha das teses de Gustave Le Bon, Sighelli. [...] nessa época, outras vozes se levantaram, colocando novas soluções para o controle popular: para evitar a eclosão de revoluções. Propuseram que o controle social fosse feito através da presença de um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem,” (CAPELATO, 1998, p.188).

Em 1930 Getúlio Vargas chega à presidência do Brasil e permanece até 1945, nesses quinze anos o País sofreu inúmeras transformações nos seus variados campos, principalmente devido ao grande projeto político a ser concretizado no Estado que valorizava a “brasilidade” e a construção da nacionalidade.

A “Revolução de 30” marca o início de forma significativa de uma mudança nos interesses dominantes tão presentes naquele período os quais estavam direcionados ao modelo

capitalista urbano-industrial. E, com o Estado Novo (1937-1945), a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova, o país novo (FERREIRA; DELGADO 2003). Nesse contexto de transformações advindas com o Estado Novo, os autores Moreira e Sene advertem:

De 1930 a 1956, a industrialização no país caracterizou-se por uma explícita intervenção estatal, principalmente por intermédio de investimentos nos setores de bens de produção: siderurgia (Companhia Siderúrgica Nacional- CSN), petroquímica (Petrobras) e bens de capital (Fábrica Nacional de Motores- FNM), além da extração mineral (Companhia Vale do Rio Doce- CVRD) e da de produção de energia (Companhia Hidrelétrica de São Francisco- CHESF). A implantação desses setores industriais necessita de investimento inicial muito elevado e o retorno do capital é lento, o que tornava, na época, a atividade pouco atraente ao capital privado, fosse nacional ou estrangeiro. (MOREIRA; SENE, 2005).

Portanto, pode-se observar que o Estado visava fortalecer o parque industrial brasileiro por meio de uma política fortemente nacionalista. E com a implantação da indústria pesada no país necessitava-se da preparação de mão-de-obra qualificada. Assim sendo, o sistema educacional esteve articulado com a organização do trabalho. Vargas permanece no poder através de um golpe em 1937 e até 1945 adota uma política nacionalista e industrializante. Getúlio Vargas realizava uma política paternalista e se colocava como o “pai dos pobres”, nesse contexto, sua imagem foi muito propagada junto às massas trabalhadoras por meio do seu principal veículo de comunicação: o rádio. Nesse momento, surge a “Hora do Brasil”, programa transmitido em todas as rádios do País com o objetivo de propagar as mudanças positivas realizadas até então pelo governo de Getúlio, e consequentemente construindo uma imagem junto às camadas populares de “pai” que nunca abandona e desampara seus “filhos”. Nesse contexto, Getúlio Vargas cria a CLT (Consolidação das leis de trabalho), que estabelecia uma política assistencialista e regulamentava as relações de trabalho no país. Getúlio iria “proteger” os trabalhadores da opressão capitalista.

REFORMA FRANCISCO CAMPOS (1931) E A REFORMA CAPANEMA (1934)

Os principais acontecimentos no campo educacional de 1930 a 1937 foram: A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930) e a Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931), também conhecida como Reforma Francisco Campos e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

Foi nesse contexto que medidas e reformas tenderam a criar um sistema educativo centralizado, objetivando reorganizar a educação escolar tendo como marco temporal a

criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930. À frente deste ministério estavam o mineiro Francisco Campos (1931-1934) e Gustavo Capanema (1934-1945).

A Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior foi oficializada pelo Decreto nº 18.890, de 18 de abril de 1931 e consolidada pelo Decreto nº 21.2141, de 4 de abril de 1932. Esta trouxe algumas medidas que promoveriam novos rumos ao ensino primário e superior. Dentre as quais podemos assinalar: estabeleceu definitivamente o currículo seriado; a frequência obrigatória; dois ciclos, um fundamental com a duração de cinco anos e outro complementar, com dois anos de duração e a exigência de habilitação nesses ciclos para o ingresso no ensino superior; a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente; a criação da inspeção federal. Discutiremos essas mudanças nas próximas linhas. A presença obrigatória dos alunos no mínimo em três quartos das aulas foi uma medida importante da Reforma Francisco Campos.

Na tradição do regime de cursos preparatórios e exames parcelados do período imperial, que permaneceu em vigor no Brasil até a Primeira República, o aluno poderia simplesmente solicitar a realização do exame de uma disciplina em determinado estabelecimento de ensino secundário, sem ser precedido de sua participação às aulas. (DALLABRIDA, 2009, v. 32, n. 2, p. 185).

Outra medida presente na Reforma Francisco Campos foi a organização do ensino secundário em dois ciclos. O primeiro ciclo, chamado “fundamental”, com um período de cinco anos, era um curso comum a todos os estudantes secundaristas e conferia formação geral. A segunda fase do ensino secundário, o “ciclo complementar”, formado por dois anos, era propedêutico para o curso superior.

Com o aumento do número de anos do ensino secundário e a sua divisão em dois ciclos, foi conferida ao ensino secundário uma estrutura mais complexa. Essa nova estrutura colocava o Brasil em “pé de igualdade” aos países ocidentais mais desenvolvidos, que, no mínimo desde fins do século XIX, modernizaram o ensino secundário também pela criação de dois ciclos. A Reforma Francisco Campos também determinou um detalhado e regular sistema de avaliação discente.

Durante o ano letivo, os estudantes deveriam realizar “quatro provas escritas parciais” em cada disciplina e os exames finais – uma prova oral em cada disciplina, prestada perante uma banca examinadora constituída por dois professores do colégio e presidida pelo inspetor federal. Para os alunos que não conseguiam atingir a média estipulada, a Reforma Francisco Campos previa a realização de uma “segunda época de exames finais”. Desta forma, os estudantes secundaristas eram submetidos a uma engrenagem examinatória em diferentes tempos ao longo do ano letivo. (DALLABRIDA, 2009, v. 32, n. 2, p. 187).

As medidas presentes na Reforma Francisco Campos, tais como: o currículo seriado; a frequência obrigatória; a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente, essa organização passaria a ter um controle detalhado e sistemático.

O Ministério da Educação e Saúde Pública criou o “serviço da inspeção aos estabelecimentos de ensino secundário”, subordinado ao Departamento Nacional de Ensino, que passou a operacionalizar a fiscalização nesse nível de escolarização no território nacional. (DALLABRIDA, 2009, v. 32, n. 2, p. 188).

O ensino primário e a educação popular não estavam presentes na Reforma Francisco Campos, pois esta se destinava ao ensino secundário e superior atendendo aos interesses do governo Vargas que pretendia desenvolver o país a partir de um projeto econômico nacional-industrializador.

Como podemos observar, a educação nos anos trinta sofreu rupturas pertinentes às necessidades que se estabeleciam no determinado período, já que para Francisco Campos existia a crença de que a reforma que a sociedade brasileira tanto necessitava em seus mais variados aspectos estruturais se materializaria mediante o aperfeiçoamento do sistema escolar brasileiro, da formação de um novo cidadão, e da modernização das elites. O ideário da reforma estava primordialmente destinado às elites, pois a educação ganhou um caráter elitista inicialmente, com ênfase na cultura humanística e de caráter enciclopédico, o que exigia o aumento no número de anos do ensino secundário e acabava por favorecer a elite, que podia dar-se ao luxo de levar cinco anos formando sólida cultura geral, como define Dallabrida. Porém, aos poucos, essa educação primeiramente destinada às elites, estendeu-se muito lentamente as classes médias. (2009)

Outra forma de educar presente nesse período é o que podemos definir de educação comercial, no caso os cursos técnicos voltados para as classes menos privilegiadas da sociedade, que tinha como intuito a formação de mão-de-obra para a indústria nacional e para o crescimento urbano-industrial em que se encontrava o país naquele momento.

A década de 1930 é caracterizada por uma acirrada luta política, as disputas entre facções conservadoras e liberais eram intensas, o que repercutiu no campo educacional, pois grande parte dos políticos eram também intelectuais e muitos passaram a aderir às ideias escola-novistas, e outros apoiavam um projeto educacional conservador. Eram os intelectuais liberais, organizados em torno da Escola Nova, e os católicos e conservadores.

Em meio a essa conjuntura de disputas ideológicas na política, o que repercutiu no âmbito educacional, em 1931 na IV Conferência Nacional de Educação reunindo intelectuais liberais, católicos e conservadores com o intuito de apresentarem um projeto educacional para o país, os mesmos não chegaram a um acordo devido aos diferentes interesses e divergências. Os que optavam por um projeto educacional baseado nos ideais escola-novistas lançaram um documento informando suas ideias, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”.

Com a “revolução de 30” a burguesia industrial ganhava maior espaço no cenário socioeconômico do país, assim sendo, os seus ideais liberais ganhavam maior força. O Estado, porém, se colocava na posição de mediador entre as forças da Igreja e dos escola-novistas, entre forças “tradicionais” e “liberais”. Há uma luta ideológica entre os liberais que optavam por uma renovação no ensino com a emergência da escola nova e os educadores católicos que defendiam a pedagogia tradicional. Em 1920 surgem as primeiras manifestações dos ideais escola-novistas no país. Em 1924 é fundada a ABE (Associação Brasileira de Educação), onde os adeptos da escola nova se reuniam. A Igreja defendia a manutenção do ensino religioso e um ensino acadêmico e classista. Contra a proposta da Igreja diversos educadores se colocavam em oposição ao caráter excludente da escola, seu verbalismo, seu anacronismo e seu caráter pouco “prático”. (DI GIORGI, 1992). Os escola-novistas defendiam um ensino elementar público, gratuito e obrigatório, a laicidade, a coeducação, dentre outras mudanças.

A década de 40 é marcada pela Reforma Gustavo Capanema (1942). Capanema, através das “Leis Orgânicas do Ensino”, apresentou inúmeras transformações para o ensino público. Observam-se nesse momento vários decretos-lei que mudariam a face do ensino público no país. Assinalamos abaixo algumas mudanças.

As Leis Orgânicas do Ensino de 1942 a 1946, que ficaram conhecidas como Reforma Capanema, trouxeram medidas para mudar a face da educação no país. A Lei Orgânica do Ensino Industrial (decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro) e a Lei Orgânica do Ensino Secundário (decreto-lei 4.244, de 9 de abril) são de 1942. A Lei Orgânica do Ensino Comercial (decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro) data de 1943. A Lei Orgânica do Ensino Primário (decreto-lei de 8.529 de 2 de janeiro), a Lei Orgânica do Ensino Normal (decreto-lei 8.530, também de 2 de janeiro) e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (decreto-lei 9.613, de 20 de agosto) são de 1946, com Getúlio Vargas já fora do poder.

De acordo com o Decreto-lei nº 8.259, promulgado a 2 de janeiro de 1946, o ensino primário ficava dividido em duas categorias: 1) o ensino primário fundamental e 2) o ensino primário supletivo. O ensino primário fundamental subdividia-se em: a) primário elementar com a duração de quatro anos e primário complementar com a duração de um ano. Ambos destinavam-se a crianças de 7 a 12 anos. E o ensino secundário ficava estruturado em dois níveis: ginásio, com a duração de quatro anos, o qual se seguia o colégio com a duração de três anos. Este, não mais subdividido em três ramos, mas sim, em dois (científico e clássico). Já o ensino técnico organizava-se da seguinte forma.

Do ponto de vista organizacional, nos seus três ramos seguia o padrão adotado para o ensino secundário: ginásio técnico (4 anos) e colégio técnico (3 anos). Assim como já ocorrera com a reforma do ensino secundário, também no ensino técnico, a tônica era a rigidez da organização dos diferentes ramos e a permanência de certos anacronismos que vinham desde o período colonial e foram mantidos pela reforma Francisco Campos. Assim é que, para cursar o ginásio técnico, também se exigia do candidato que fosse aprovado no exame de admissão. (PALMA FILHO, 2005)

A reforma do ensino normal teve origem e elaboração durante o Estado Novo, porém somente foi publicada em 1946 com Getúlio Vargas já fora do poder. A criação e organização das escolas normais eram de responsabilidade dos estados. O ensino normal ficou organizado em ciclos, o 1º ciclo (4 anos) que era o curso de formação de regentes de ensino primário e o 2º ciclo (3 anos) que era os cursos para formação de professores primários. Além das escolas normais foram criados os institutos de educação.

Onde deveriam funcionar os cursos para formação de regentes e para formação de professores e mais: como anexos, o Jardim da Infância e a Escola Primária, os cursos de especialização de professores primários (em educação pré-primária, primária complementar, supletiva, desenho e artes aplicadas, e música) e habilitação de administradores escolares (diretores, inspetores, estatísticos e avaliadores escolares, bem como orientadores de ensino). (RIBEIRO, 2010, p. 115.)

O ensino secundário (decreto-lei 4.244, de 9 de abril) ficava organizado em dois níveis: ginásio com duração de quatro anos e o colegial com duração de três anos, com duas modalidades: o curso clássico e o curso científico. Já o ensino industrial, foi organizado também em dois ciclos: 1º ciclo (4 anos) são os cursos industriais básicos e o 2º ciclo (3 anos) são os cursos técnicos, os dois ciclos formavam artífices especializados e técnicos especializados respectivamente. E o ensino comercial ficava estruturado da seguinte forma: o ensino comercial de grau médio em dois ciclos: um básico, de 4 anos, e outro técnico, de 3 anos, este dividido em cinco ramos: comércio e propaganda, administração, contabilidade, estatística e secretariado. E quanto ao ensino agrícola, foi organizado em cursos de ensino

médio, divididos em cursos de formação, estes subdivididos em cursos de 1º e 2º ciclos. O de 1º ciclo, subdividia-se em básico (4 anos) e de maestria (2 anos). Os cursos técnicos (3 anos), tais como: agricultura, horticultura, zootecnia, práticas veterinárias, de industriais agrícolas, de laticínios e de mecânica agrícola constituía o 2º ciclo. E os cursos pedagógicos subdividiam-se em cursos para formar professores nas áreas de educação rural doméstica e em cursos de didática de ensino agrícola e de administração do ensino agrícola, dois anos e um ano respectivamente.

No artigo 129 da constituição de 1937 é possível observar as iniciativas tomadas para dar providências ao programa de política escolar em termos do ensino pré-vocacional e profissional. O caráter dessa política educacional está relacionado ao programa político-educacional do Estado Novo de preparar mão-de-obra necessária para os novos rumos que estava tomando a economia do país. À nacionalização e a industrialização levadas a cabo pelo Governo Vargas seriam convenientes um contingente de “braços” preparados para as novas demandas do mercado. É importante destacar que esse projeto destinava-se às classes menos favorecidas.

Então, pela primeira vez, uma reforma teve a pretensão de atingir os mais variados níveis de ensino (secundário comercial e superior). Nesse sentido, foi instituído o sistema universitário no Brasil, através do Estatuto da Universidade e organização da Universidade do Rio de Janeiro; o ensino secundário foi reformado na lógica de uma formação propedêutica para o ensino superior, dos cursos técnico-profissionais foi organizado o ensino comercial, que dificultava o acesso de muitos indivíduos ao ensino superior.

A educação passou a ter um caráter no qual o indivíduo deveria se enquadrar de acordo com sua característica social, sendo a elite pensante destinada as grandes decisões coletivas, e do outro lado, uma grande parcela da população destinada a produzir e a atender as necessidades mercadológicas.

Uma educação que tinha como pretensão, segundo o discurso proferido, alcançar os vários níveis da sociedade, e de forma democrática chegar a todos. Porém, o que pôde ser constatado a partir das leituras, foi à destinação de uma educação voltada para uma elite urbano-industrial e uma pequena parcela da classe média que começou a reclamar seu direito por uma educação que também atendesse suas reclamações. Portanto, educação no período

Vargas foi um forte aliado ao projeto estatal desenvolvido pelos grupos governamentais que se encontravam no poder, com o intuito de instruir a nação as suas necessidades.

A HISTÓRIA PÁTRIA E A INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA

Objetivando um projeto estatal nacionalista, a criação desse novo homem para esse novo estado fazia-se urgente uma educação voltada para as necessidades da nação. Com vistas a uma formação patriótica dos cidadãos e um forjar identitário nacional, estabeleceu-se como conteúdo geral do ensino a instrução moral e cívica, que tinha a funcionalidade de divulgar conteúdos que enfatizassem as tradições de um passado homogêneo, tais conteúdos de cunho nacionalista não estavam circunscritos a uma disciplina específica, mas deveriam perpassar todas as demais disciplinas, abrangendo os deveres do novo homem, nas suas relações com os demais indivíduos, com a pátria, e com as obrigações de cidadão brasileiro.

O ensino de História nas instituições passou a ser um importante aliado do Estado Vargasista, pois com o fim do império e a laicização do ensino, no currículo escolar a História sagrada foi substituída pela História da civilização.

No período Vargasista o ensino de História passou a se identificar como História Pátria, que possuía a função de formar almas cidadãs - patriota, através de uma memória histórica, retomando elementos simbólicos de um passado de glória para a construção de um presente consolidado e um “futuro promissor para todos os filhos da nação”. Destacando os feitos de “grandes heróis”, indivíduos “singulares” que contribuíram de forma “única” para o avanço da nação brasileira e deveriam ser homenageados em manifestações coletivas de grande força sensibilizadora, provocando o ideal de pertencimento através da emoção do sujeito, um forjar de sentimentos coletivos.

As paradas cívicas do sete de setembro, as comemorações do dia do trabalho, as apresentações escolares em datas simbólicas como forma de consolidar uma identidade nacional, tocando em elementos que enfatizavam os sentimentos de pertencimento, como por exemplo, as comemorações cívicas do dia vinte um de abril, Dia de Tiradentes, o “herói nacional”. Comemorações essas marcadas pela ordem e pela disciplina dos corpos.

Essas comemorações não se limitavam ao universo escolar, mas atingiam outros pontos, como as políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural da nação. Essas

ações de caráter nacionalista fortemente empreendida na era Vargas marcaram profundamente o chamado período populista, até meados da década de 1960.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho procuramos analisar o papel da Educação na construção do programa político nacionalizador de Getúlio Vargas e as principais propostas de mudanças no campo educacional, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), a Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), e a Reforma Gustavo Capanema (1942). Dando ênfase ao contexto social, político e econômico desse momento, discutimos o quanto as transformações nesses campos da sociedade brasileira interferiram no âmbito educacional. Constatamos através de pesquisas historiográficas o quanto as propostas de mudanças no campo da educação estiveram vinculadas às transformações econômicas e políticas pelo qual o país passava naquele momento. Como exemplo que ilustra a questão da relação entre as mudanças econômicas, sociais e políticas e o campo educacional, podemos inferir a educação no Estado Novo. A cultura escolar tornou-se irradiadora de elementos simbólicos para a sociedade, através de uma política de cunho nacionalista que tinha como um dos seus empenhos a (re) construção da identidade nacional com a finalidade de construir uma nova nação, pautada nos interesses de uma pequena parcela da população que era detentora do poder. É possível observar que os interesses políticos e econômicos refletiram na organização e nas políticas escolares.

A escola teve função fundamental durante o Estado Novo, pois atuou como veículo de propagação dos ideais nacionalistas. As atividades desenvolvidas no interior da escola tinham como finalidade lembrar e ensinar aos jovens o amor à pátria. Essas traziam os grandes heróis da história nacional e almejavam formar a juventude para que esta os tomasse como exemplo.

É interessante pensarmos a instrução pública nesse período, a mesma organizava atividades associadas às grandes datas de nossa história e as autoridades educacionais fiscalizavam e interferiam na organização dessas atividades. A escola era, no período em análise, um dos espaços fundamentais para a construção das identidades nacionais e para a construção de um “homem novo”. O Estado Novo era caracterizado por uma política de

governo na qual a figura de Getúlio Vargas é exaltada grandiosamente, o “pai dos pobres” cuidaria através das leis trabalhistas de seus “filhos”.

A título de conclusão, é importante ressaltar que trabalhamos alguns aspectos da educação na Era Vargas através principalmente das Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema. Refletindo sobre o contexto político e econômico em questão, trouxemos a instrução pública e a (re) construção das identidades nacionais no Estado Novo considerando, no entanto, que tratamos de forma simples, conceitos complexos como identidade nacional, identidade coletiva e nacionalismo e um recorte temporal extenso, de quinze anos marcados por muitas mudanças na conjuntura do país. Porém, sabemos que este trabalho representa o início de um longo caminho a ser percorrido.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Marcio Fagundes. **A reconstrução da identidade nacional na Era Vargas: praticas e rituais cívicos e nacionais impressos na cultura do grupo escolar José Rangel/ Juiz de Fora/ Minas Gerais (1930-1945)**. 2010. 139f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa Imprensa nacional/casa da moeda, 1985.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Revista Eletrônica PUC-RS**. V. 32, N. 2, 2009. Disponível em: [HTTP://revistaeletronica.pucrs.br](http://revistaeletronica.pucrs.br)

DI GIORGI, Cristiano. **Escola Nova**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2007. 476 p

GOMES, Angela de Castro. **História e Historiadores**. 1.ed . Rio de Janeiro: Editora FVG, 1996.

HOBSBAWN E. J. RANGER, T. O. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MIRABEAU, Discurso revolucionário. In: **Bicentenário da Revolução Francesa**. Editora Abril: Rio de Janeiro, 1989.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustaquio de. **Geografia: volume único**. São Paulo: Ecipione, 2005.

PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã Cadernos de Formação. História da Educação**. 3 ed. São Paulo:PROGRAD/UNESP- Santa Clara, 2005.

PILETTI, Nelson; ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Toda a história - História Geral e do Brasil**. 6.ed. São Paulo: Ática, 1997.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da Educação Brasileira a organização escolar**. 21. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

SALGUEIRO, Valéria. **A arte de construir a nação:** pintura de história e a Primeira República. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 30, 2002, p. 3-22.

ZOTTI, Solange Aparecida. **O ensino secundário nas reformas Francisco Campos e Gustavo Campanema:** um olhar sobre a organização do currículo escolar. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuaiscoautorais/eixo01/Solange%20Aparecida%20Zotti%20-%20Texto.pdf>

Artigo recebido em março de 2015. Aprovado em julho de 2015.